



Comissão Chamamento &lt;comissaochamamentogoias@gmail.com&gt;

## Esclarecimentos - Chamamento 03/2023-SES/GO

3 mensagens

licitacao@bhcl.org.br <licitacao@bhcl.org.br>  
Para: comissaochamamentogoias@gmail.com

10 de julho de 2023 às 15:24

Boa tarde, prezado(a)

Conforme o item 11 do edital de Chamamento Público nº 03/2023-SES/GO, questiona-se:

**Questionamento 01:** os documentos a serem apresentados tanto para comprovação de habilitação quanto para proposta técnica e financeira poderão ser apresentados autenticados de forma digital, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001, V, do 7º, da lei 8935/94 e VIII, do art. 2º, Provimento 100 do Conselho Nacional de Justiça, pela plataforma da CENAD: Central Notarial de Autenticação Digital do Colégio Notarial do Brasil?;

**Questionamento 02: Itens 5.1, 9.1.11.1, 9.1.11.2., 9.1.11.3., 9.1.11.4., 9.1.11.5., 9.1.11.6., 9.1.11.7., 9.1.11.8., 9.1.11.9,** poderão os documentos que exigem assinatura do representante legal da entidade ser apresentados com assinatura digital eletrônica, com fundamento no art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001 e art. 6º do Decreto nº 10.278/2020?

**Questionamento 03: item 9.1.14.:** Considerando o previsto no § 2º do art. 23 da Lei nº 13.019/2014[1] e o teor da Súmula nº 271 do Tribunal de Contas da União[2] e considerando que vários dos órgãos de constas emitem a referida certidão somente de forma física, exigindo-se protocolo físico na repartição, questiona se é possível a apresentação da certidão negativa dos estados nos quais a entidade tenha contrato ativo e/ou já tenha tido contrato juntamente com declaração assinada por seu representante legal, sob as penas da lei de que não possuiu contrato nos demais entes da federação?

[1] § 2º É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos

[2] SÚMULA Nº 272 No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

**Questionamento 4: item 9.1.17.:** Considerando-se que não há previsão legal a obrigatoriedade de registro no órgão competente da lista de associados das associações sem finalidade lucrativas (art. 54 do Código Civil c.c. art. 120, incisos I a VI da Lei nº 6.015/73), poderá a entidade apresentar lista firmada por seu representante legal dos associados?

**Questionamento 5: item 9.1.18.:** Considerando que a Instrução Normativa INSS/DC nº 100, de 18.12.2003 **foi revogada**, estando vigente a Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17.10.2022, que dispõe em seu art. 187 sobre a imunidade de contribuição previdenciária às entidades certificadas como de assistência social, para atendimento do item a entidade poderá apresentar a comprovação do deferimento do certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS) vigente?

**Questionamento 6:** os documentos solicitados poderão ser autenticados digitalmente pelo CENAD?

**Questionamento 7:** Se sim, os documentos autenticados pelo CENAD deverão ser acompanhados pelos documentos em mídia digital?

Obrigado.

Cordiamente,  
BENEFICÊNCIA HOSPITALAR DE CESÁRIO LANGE

---

licitacao@bhcl.org.br <licitacao@bhcl.org.br>  
Para: comissaochamamentogoiias@gmail.com

10 de julho de 2023 às 15:26

[Texto das mensagens anteriores oculto]

---

licitacao@bhcl.org.br <licitacao@bhcl.org.br>  
Para: comissaochamamentogoiias@gmail.com

10 de julho de 2023 às 16:40

Boa tarde, prezado(a)

Conforme o item 11 do edital de Chamamento Público nº 03/2023-SES/GO, questiona-se:

**Questionamento 01:** os documentos a serem apresentados tanto para comprovação de habilitação quanto para proposta técnica e financeira poderão ser apresentados autenticados de forma digital, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001, V, do 7º, da lei 8935/94 e VIII, do art. 2º, Provimento 100 do Conselho Nacional de Justiça, pela plataforma da CENAD: Central Notarial de Autenticação Digital do Colégio Notarial do Brasil?;

**Questionamento 02: Itens 5.1, 9.1.11.1, 9.1.11.2., 9.1.11.3., 9.1.11.4., 9.1.11.5., 9.1.11.6., 9.1.11.7., 9.1.11.8., 9.1.11.9,** poderão os documentos que exigem assinatura do representante legal da entidade ser apresentados com assinatura digital eletrônica, com fundamento no art. 10, § 2º da MP 2200-2/2001 e art. 6º do Decreto nº 10.278/2020?

**Questionamento 03: item 9.1.14.:** Considerando o previsto no § 2º do art. 23 da Lei nº 13.019/2014[1] e o teor da Súmula nº 271 do Tribunal de Contas da União[2] e considerando que vários dos órgãos de constas emitem a referida certidão somente de forma física, exigindo-se protocolo físico na repartição, questiona se é possível a apresentação da certidão negativa dos estados nos quais a entidade tenha contrato ativo e/ou já tenha tido contrato juntamente com declaração assinada por seu representante legal, sob as penas da lei de que não possuiu contrato nos demais entes da federação?

[1] § 2º É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos

[2] SÚMULA Nº 272 No edital de licitação, é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.

**Questionamento 4: item 9.1.17.:** Considerando-se que não há previsão legal a obrigatoriedade de registro no órgão competente da lista de associados das associações sem finalidade lucrativas (art. 54 do Código Civil c.c. art. 120, incisos I a VI da Lei nº 6.015/73), poderá a entidade apresentar lista firmada por seu representante legal dos associados?

**Questionamento 5: item 9.1.18.:** Considerando que a Instrução Normativa INSS/DC nº 100, de 18.12.2003 **foi revogada**, estando vigente a Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17.10.2022, que dispõe em seu art. 187 sobre a imunidade de contribuição previdenciária às entidades certificadas como de assistência social, para atendimento do item a entidade poderá

apresentar a comprovação do deferimento do certificado de entidade beneficente de assistência social (CEBAS) vigente?

**Questionamento 6:** os documentos solicitados poderão ser autenticados digitalmente pelo CENAD?

**Questionamento 7:** Se sim, os documentos autenticados pelo CENAD deverão ser acompanhados pelos documentos em mídia digital?

**Questionamento 08:** Em relação as certidões dos TC solicitadas, podemos juntar de onde já teve contrato e declarar a inexistência de contas julgadas irregulares nos demais?

Obrigado,

Cordialmente,

[Texto das mensagens anteriores oculto]